



1ª Conferência Municipal do Carnaval de Rua de São Paulo

O carnaval de rua é a gente que faz!

Documento aprovado na plenária final

O Carnaval de Rua é patrimônio público e coletivo!

O Carnaval de Rua é uma manifestação cultural, ancestral, democrática, histórica, espontânea, diversa, livre, independente, autônoma, comunitária e popular. Quem faz o Carnaval de Rua é a gente dessa cidade, que pisa e vive ruas e praças paulistanas. É uma festa construída desde baixo, desde a base: os blocos, fanfarras e tantas agremiações carnavalesca que sobrevivem e festejam. Ele é patrimônio imaterial do povo e da cidade de São Paulo, e deve ser reconhecido e respeitado assim.

O Carnaval de Rua é uma construção coletiva. Não há cadeira que faça alguém dono do Carnaval de Rua, ninguém é seu proprietário. Quem protagoniza o carnaval são blocos e agremiações carnavalescas, em toda a diversidade que abarcam. São quem conhece seus territórios, comunidades, tradições e forma de fazer. O poder público deve atuar como mediador e fomentador da diversidade e da riqueza produzida pela festa, atuando em parceria com os coletivos, respeitando suas especificidades.

Diversidade Viva!

Entendemos a diversidade como a grande Diretriz do carnaval de rua de São Paulo. A diversidade está presente nas formas de se organizar, de se relacionar, de fazer a festa acontecer. Diversidade nas tradições, corpos, linguagens e ancestralidades que encontram uma festa em que todas podem ser celebradas em forma de música, dança e performance gratuita em território público.

Carnaval de Rua é uma escola. É uma ferramenta de formação sobre direito à cidade, liberdade de expressão; consciência racial; corporalidade; arte (música, dança, acrobacia, teatro, artes visuais e tantas outras linguagens); organização comunitária, política; nos ensina a conviver com o diferente, com a sociedade e a cidade com responsabilidade.

Fomentar a diversidade do carnaval é valorizar as maiorias historicamente minorizadas. É apoiar a base, e não o topo da nossa sociedade tão desigual. Ou seja, valorizar as diversidades: raciais, de gênero, sexuais-afetivas, de território, de religião, e tantas outras.

São muitos os blocos comunitários que praticam ações afirmativas, carregando diversidades e necessidades inclusivas, construindo na prática o respeito às diversidades e uma cultura de paz e amor.

Entendemos também o carnaval como um ótimo momento para fomentar o debate para fomentar o debate sobre a desmarginalização de pessoas em vulnerabilidade e adictas. É uma festa que, se trabalhada coletivamente de maneira responsável, pode funcionar como uma ferramenta de redução de danos, como vemos na atuação transformadora do Blocolândia.

#CarnavaldeRuaLivre e Não à Violência!

Entendemos o carnaval como uma manifestação popular, ou seja, direito garantido pela Constituição Brasileira. Não pode ser proibido, ameaçado, nem sofrer com represálias e repressões. Não aceitamos, em nossas comunidades e festas, ações de preconceito, assédio ou violência.

É dizer o óbvio: cada pessoa deve ter seu direito respeitado. Sejam integrantes de blocos, foliões, moradores, ambulantes, catadores de material reciclável... Todos, todas e todes devem poder viver o carnaval sem represálias, violências, assédio, punições e repressão.

Reivindicamos:

- Formação para a Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e demais profissionais de segurança, voltada ao cuidado, acolhimento e ação responsável no contexto do carnaval de rua;
- Criação de tendas de acolhimento com devido preparo para acolhida de condições diversas, em especial de pessoas adictas. Com distribuição gratuita de água.
- Criação de protocolos de segurança específicos para blocos que comportam diversidade e/ou vulnerabilidade na sua construção;
- Campanhas de conscientização para combater o assédio, racismo e outras práticas.
- Criação de sistema para a responsabilização por crimes de racismo; violência sexual; misoginia; transfobia e outras ações de violência e assédio contra corpos dissidentes;

Carnaval Economia Solidária e Popular

O Carnaval de Rua de São Paulo movimenta Bilhões de reais a cada ano. É uma cadeia de produção que envolve milhões de pessoas, nas mais diversas etapas do seu grandioso processo de construção – que ocorre durante o ano inteiro. Ele é um ativo importantíssimo na produção de riqueza nas comunidades mais excluídas e para as populações mais periféricas e marginalizadas. Saudamos e divulgamos a [pesquisa realizada pelo Fórum dos Blocos de M'Boi Mirim](#) que traz uma análise detalhada da

situação em um território específico da cidade mas que, sabemos, é apenas um entre muitos exemplos de construções potentes.

Reconhecer o Carnaval de Rua como uma ferramenta de fortalecimento econômico e emancipação financeira das comunidades que se envolvem nele nos mostra que deve ser papel do poder público fomentar e apoiar a economia solidária e popular do carnaval de rua, privilegiando sempre a diretriz da diversidade.

O papel do poder público e o modelo de financiamento

É papel do poder público a construção estrutural e oficial de políticas públicas que garantam a existência do carnaval de rua livre, com diversidade e democracia. Qualquer legislação sobre o carnaval deve garantir que ele mantenha sua característica pública: sem espaços privatizados por cordas ou camarins. Deve fomentar a diversidade, que se gesta em blocos comunitários, enraizados em territórios e/ou identidades.

O atual modelo de financiamento do carnaval de rua precisa ser revisto. A forma construída nos últimos anos privilegia uma empresa financiadora que pratica, para fins de marketing, uma homogeneização nociva da festa, prejudicando pequenos empreendimentos locais e enfraquecendo blocos e arranjos comunitários. O carnaval de rua cria as condições para que a cidade arrecade muitos impostos, e a

Prefeitura de São Paulo pode e deve garantir a realização do Carnaval de Rua de São Paulo com recursos públicos, permitindo que a festa seja realizada sem a dependência de investimento privado. O recurso para a organização do Carnaval deve ter dotação própria prevista e regulamentado na Lei Orçamentária Anual do município.

Também desejamos a aprovação do PL 248/2015 que cria o Conselho Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo, com uma cadeira de representação do carnaval de rua, é um passo no sentido da democratização da construção da política cultural da cidade. Além dela, é urgente que a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) realize a Conferência Municipal de Cultura, dentro dos prazos estabelecidos pelo Ministério da Cultura (MINC).

A cidade deve instituir um plano setorial do carnaval de rua, que debata o modelo de financiamento - orçamento, fundo e fomento - do carnaval da cidade, e também reconheça a diversidade e permanência da cadeia produtiva do carnaval - criação, produção, circulação e estrutura.

Assistimos a olho nu o sucateamento da Secretaria Municipal de Cultura, de seus quadros de servidores e equipamentos, que impacta diretamente sua capacidade de construir uma política pública para o Carnaval de Rua com participação democrática dos blocos. Frágil, ela se torna refém do poder econômico e acaba por excluir quem faz a festa das decisões sobre ela.

Atualmente, as datas, horários e trajetos do Carnaval de Rua Oficial são restritivas e autoritárias. É possível construir consensos que garantam mais liberdade para os blocos sem impactos negativos para a cidade. Respeitar a diversidade da construção de cada bloco e sua autonomia é fundamental.

Reivindicamos:

- Realização da Conferência Municipal de Cultura nos prazos estabelecidos pelo MinC. Que o Carnaval de Rua tenha um assento fixo na comissão organizadora dela;
- Que a SMC apoie com espaço e recurso a realização anual das Conferências Municipais do Carnaval de Rua, e que compareça nessa e outras atividades quando convidada pelos blocos.
- A criação de Departamento de Carnaval de Rua dentro da Secretaria Municipal de Cultura ativo durante o ano inteiro, com corpo de servidores estatutários que possam acumular memória e conhecimentos sobre a construção da festa.
- Que a SMC ocupe a presidência da Comissão Intersecretarial de governo que dirige o processo do carnaval de rua, e que uma comissão de blocos (definida por seus pares) seja parte no processo de discussões e decisões sobre o carnaval de rua.
- A criação de uma linha de investimento em pesquisa para estudar o carnaval de rua da nossa cidade;
- Que seja estabelecida uma discussão séria sobre a divulgação de dados dos blocos, de seus integrantes e desfiles;
- Que sejam revistos os critérios de duração de concentração, desfile e dispersão, bem como da totalidade de horários estabelecidos em 2023 para o carnaval de rua, em diálogo com blocos e agremiações carnavalescas.
- Que seja revisto o calendário oficial do carnaval de rua, em diálogo com blocos e agremiações carnavalescas, para que ensaios abertos e desfiles sejam validados na sua diversidade e tradição.
- Ensaios devem ser compreendidos como parte do processo carnavalesco, com plano de gestão para garantir a desburocratização de realização dos ensaios, bem como a redução de seus impactos.
- A política pública de carnaval deve priorizar os blocos de carnaval de rua originais da cidade de São Paulo em seus mais diferentes aspectos.
- A revisão do modelo de penalização dos blocos por tamanho efetivo versus tamanho declarado na inscrição – compartilhamento da responsabilidade com a Prefeitura e com quem lucra com a divulgação dos dados de blocos.
- Volta da possibilidade de não cadastramento para blocos pequenos, comunitários e naturais de São Paulo.
- Desburocratização do cadastro; disponibilização de espaços com estrutura e internet para a realização das inscrições de blocos comunitários e de diversidade.
- Criação de conjunto de diretrizes e garantia de condições de acessibilidade para o carnaval de rua, levando em consideração os trajetos e as estruturas de apoio.

Fomento ao Carnaval de Rua

É possível, investindo apenas uma pequena parcela da arrecadação promovida pelo carnaval de rua, criar uma política de fomento potente, que estimule a diversidade e amplie ainda mais a economia solidária e popular gerada pelo carnaval. A riqueza produzida pelo Carnaval de Rua se multiplica quando ele não é tratado como um evento sazonal, mas como ação cultural permanente durante o ano todo.

Nos últimos anos, alguns modelos de fomento e premiação aos blocos foram criados, porém eram excessivamente burocráticos e muitas vezes com pré-requisitos que não combinam com o cenário dos blocos. Acreditamos que a construção dessa política deve ser feita em conjunto com quem é afetado por ela, e que deve haver prioridades a blocos de carnaval de rua comunitários, com cotas específicas que valorizem as diversidades dos blocos, com base em critérios específicos como territorialidade, representatividade racial, tempo de existência do bloco, entre outros. Os modelos de inscrição devem ser mais inclusivos, os prazos mais realizáveis e a resposta por parte de SMC mais rápidas e eficientes.

Reivindicamos

- Criação de programa de formação para os blocos, podendo oferecer capacitação artística, de produção e captação de recursos, com pessoas mais experientes no Carnaval de Rua.

- Criação de diálogo e articulação das secretarias ligadas à ação afirmativa com os blocos de carnaval de rua comunitários, que carregam diversidades.

- Construção de Centros Regionais de referência do Carnaval de Rua, que abriguem a memória do carnaval nos diferentes territórios e também funcionem como espaços de encontro, ensaios e oficinas.

Nossos desafios

Sabemos que nossas reivindicações não se construirão num passe de mágica, de um momento para o outro. Precisamos aprofundar a articulação e união entre blocos, fanfarras, cordões e demais agremiações carnavalescas. Nos articular em cada um dos territórios, municipalmente, estadual e nacionalmente. É um processo histórico e seguimos caminhando.

Precisamos de uma agenda de formação político-pedagógica interna, para o coletivo dos blocos de carnaval de rua e para cada bloco, para crescermos e aprendermos juntos a sermos cada vez mais berço de diversidade. É necessário formação racial, sobre questões de gênero e sexualidade, questões sociais e de trabalho, sobre questões territoriais, urbanas e ambientais de São Paulo.

Também precisamos melhorar nossa organização interna. A partir dos bairros, blocos devem se conhecer e trocar experiências. Fortalecer a articulação municipal celebrada na Conferência. Desejamos uma Secretaria Municipal de Cultura que apoie o Carnaval de

Rua. Mas estamos aqui desde antes das leis, seguiremos celebrando, todo ano, nosso carnaval nas ruas de São Paulo.

Viva o Bloco Ilú Obá de Min e a tradição do carnaval de rua!

O Ilú Obá De Min é uma instituição de arte, educação e cultura negra que possui um bloco afro fundado em 2004, seu nome significa “mãos femininas que tocam tambor para o Rei Xangô” e tem seu desfile tradicional de abertura do carnaval na sexta-feira do final de semana pré-carnaval, no centro histórico da cidade de São Paulo. Os cortejos do Bloco são uma grande intervenção cultural que promove a cultura negra, a cultura popular e a participação ativa da mulher e da mulher negra na sociedade através da arte. Traz também para região urbana as diversas manifestações da cultura negra, como o samba, maracatu, batuque, coco, jongo, entre outras.

Infelizmente o Ilú Obá sofre há anos com o descaso do poder público, que erradamente não considera a sexta-feira como dia oficial do carnaval, o que gera uma série de entraves burocráticos para o desfile se realizar, ano após ano. Atualmente o centro de São Paulo se encontra numa situação de abandono, e as ações do poder público não tem colaborado para criar uma cidade mais acolhedora, muito pelo contrário, o centro parece cada vez mais uma cidade fantasma, cinza e fria.

No desfile de abertura dos trabalhos carnavalescos de 2023 o Ilú Obá sofreu uma série de violências, com a atuação de grupos organizados realizando roubos com a conivência das forças de segurança. Durante o seu trajeto, até a iluminação pública deixou o bloco na mão. Completo descaso irresponsável e programado, não coincidentemente contra um bloco afro e de mulheres. A privatização do Vale do Anhangabaú também atingiu o Ilú Obá que perdeu seu tradicional local de ensaio para a montagem e desmontagem de palcos de shows caros no Vale privatizado.

Reivindicamos o reconhecimento do Ilú Obá De Min como o bloco oficial de abertura do carnaval de rua da cidade de São Paulo, e reparação de todos os equívocos anteriormente cometidos contra esse bloco. Também indicamos a necessidade de realização de pesquisa histórica oficial sobre o Carnaval de Rua da cidade de São Paulo, com a implicação da criação de tombamento/ declaração como patrimônio público os blocos tradicionais criados antes dele, no século passado.